

SINDAQUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais **CUT**

A COPASA SEM GOVERNO

Nunca, em toda a sua história, a Copasa tinha vivido um clima interno tão nocivo como agora. O presidente da empresa, com seu personalismo e autoritarismo doentio desagrada toda a empresa, implementa sistema sem ser testado anarquizando a administração e deixa atônitos trabalhadores e consumidores com o caos instalado. Encastelado nos excessos de poder, não ouve ninguém, obriga medidas irregulares e constrói para todos verdadeiro mal estar no trabalho.

Sérios problemas são enfrentados pela empresa com a Justiça. A famosa licitação irregular do jurídico só foi barrada com a determinação de cancelamento pelo próprio Palácio da Liberdade.

Em várias notas, reproduzimos neste jornal um pouco do caos instalado em nossa grandiosa empresa, que vem sendo desqualificada e seriamente prejudicada.

Páginas 1,2,3,4,5,6,7,8



**O SAP LEVA
A COPASA
PARA O BREJO**

Páginas 7

**O COPASS
ESTÁ
DOENTE**

Páginas 8

Deputados querem salário mínimo de R\$ 24 mil

As centrais sindicais brasileiras se uniram mais uma vez na 3ª Marcha Pelo Salário Mínimo, propondo um reajuste dos atuais R\$ 350 para R\$ 420, além de correção de 7,7% na tabela do Imposto de Renda.

O Governo Federal tentou emplacar um reajuste para apenas R\$ 367, mas o Congresso acabou aprovando os R\$ 375 que haviam sido previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A luta dos sindicatos, no entanto, continua com a mobilização para que o salário mínimo continue a obter ganhos reais, até atingir o valor real de R\$ 1.613,08, previsto pelo Dieese como o necessário para a sobrevivência de uma família de dois adultos e duas crianças.

Enquanto, as negociações do



3ª Marcha pelo Salário Mínimo de R\$ 420,00

salário mínimo esbarram em valores irrisórios e dignos da miséria do povo, os deputados articulam aumento de 91% nos próprio

salários, saltando de cerca de R\$ 24 mil mensais. "Suas exceções" justificam que o valor é para inibir que sejam corrompidos.



**“O Ano Novo ainda não tem pecado:
É tão criança...
Vamos embalá-lo...
Vamos todos cantar juntos em seu
berço de mãos dadas,
A canção da eterna esperança.”
Mário Quintana**



Mais um ano chega ao fim, deixando marcados os momentos de alegrias, tristezas, obstáculos e vitórias. É tempo de parar e refletir sobre o caminho percorrido e os passos que devem ser dados para alcançar o percurso que ainda temos pela frente.

Em vários momentos nos deparamos com ações e atitudes de pessoas que tentam impedir o nosso avanço e nos fazer retroceder. Para continuar avançando e vencendo os desafios temos que unir as nossas forças para buscar novas conquistas e, principalmente, preservar o que já foi conquistado.

Agradecemos àqueles que estiveram ao nosso lado e apoiando o trabalho do SINDÁGUA durante este ano.

Desejamos a todos Boas Festas, com a certeza que em 2007 estaremos juntos e empenhados na defesa dos interesses da nossa categoria.

São os votos da diretoria do SINDÁGUA-MG

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Nicolau - **Ilustração:** Lute **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarc

Rua Congonhas, 518 - B. Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (0_31) 3297-7227 - Fax: (0_31) 3297-7224
CEP: 30330-100 — Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: imprensa@sindagua.com.br

CRIAÇÃO DAS COPASINHAS

Mobilização conquista desmembramento do projeto

Desde que o Projeto de Lei 3.374/06 foi enviado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no dia 8 de junho, o SINDÁGUA-MG vem mobilizando deputados, prefeitos, vereadores e entidades sindicais, para evitar a criação da subsidiária para atuar nos serviços



de saneamento das regiões carentes do Estado. Após muito trabalho, conseguimos a divisão, não da Copasa, mas do projeto.

No último dia 6, o governo do Estado enviou à ALMG um novo Projeto de Lei, de número 3.778, para tratar apenas da subsidiária das águas minerais. O PL 3.778/06 chegou à Casa Legislativa com tramitação em regime de urgência,

passou pelas comissões de Justiça e Administração Pública e já foi aprovado em 1º turno pelos deputados.

Para o presidente do SINDÁGUA-MG, José Maria dos Santos, esta foi uma importante vitória da mobilização contra o PL

3.374/06. “Sempre defendemos que as subsidiárias deveriam ser discutidas separadamente. Com o desmembramento do projeto, ganhamos mais um ‘round’ na luta contra a divisão dos serviços de saneamento. Agora, poderemos avançar no debate para a construção de uma política que abranja o saneamento em todo o Estado”, acredita José Maria.

Política Nacional de Saneamento finalmente é aprovada

A criação de um marco regulatório para o saneamento no Brasil passou 20 anos em discussão no Congresso. Mas, no último dia 12, a Câmara Federal finalmente aprovou por unanimidade o projeto que cria as diretrizes nacionais para o saneamento básico, institui o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) e determina à União a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB).

Para que o texto fosse aprovado, foi necessário que entidades de todo o País se mobilizassem e discutissem o assunto coletivamente para encontrar a melhor solução para os desafios do saneamento no Brasil. O SINDAGUA-MG sempre esteve presente durante o processo de construção das propostas para o setor, tanto nos debates que ocorreram em Brasília, em Minas quanto em outros estados, que culminou com a aprovação de uma Lei que poderá finalmente promover a expansão dos serviços de saneamento para todos os brasileiros.

Este é um momento histórico, após décadas de tentativas de regulamentar o setor, foi construída uma lei com a participação de diversos setores da sociedade, envolvidos direta ou indiretamente com o saneamento. Entre os princípios que devem ser seguidos, a partir de agora, estão a universalização do acesso ao saneamento; a adoção de técnicas e processos que considerem as peculiaridades regionais; a integração de infra-estruturas; e o uso de tecnologias segundo a capacidade de pagamento dos usuários.

PL 3.374 sai da pauta de votações

Em reunião realizada no dia 12 de dezembro, com representantes sindicais, do funcionalismo público e do movimento pela reforma agrária, o presidente da Assembléia Legislativa de Minas (ALMG), deputado Mauri Torres, garantiu que alguns projetos polêmicos deixarão de tramitar na Casa e só devem voltar à discussão na próxima legislatura, que começa no dia 1º de fevereiro de 2007. Entre os projetos que saíram da pauta de votações, está o PL 3.374/06, que autoriza a criação de subsidiárias da Copasa.

O diretor do SINDÁGUA-MG, Rogério Matos de Araújo, esteve presente na reunião com os líderes das bancadas e fez um pedido aos deputados para que ampliassem os debates sobre o projeto. “Gostaria de solicitar aos parlamentares, que ao retomarem os trabalhos em 2007, realizem a audiência pública em Belo Horizonte, que foi desmarcada em função do desmembramento do PL 3.374. Precisamos avançar nos debates, aproveitando os estudos sobre saneamento que já foram realizados por esta ilustre Casa e também a legislação que já está em vigor, que trata da criação do Conselho e do Fundo Estadual de Saneamento” declarou Rogério Matos.

É preciso lembrar que o PL 3.374/06 voltou a tramitar em regime de urgência no dia 29 de novembro, na próxima legislatura a matéria volta sem retroceder a tramitação e continua pronta para a votação em 1º turno no plenário.

Conselho de administração da Copasa é manipulado para prejudicar trabalhadores

Há muito o Sindicato já apontou a necessidade de maior transparência e co-participação na administração da Copasa. Principalmente para uma empresa iniciante no mercado aberto e que tem investidores com olhos voltados para metas e resultados.

Falta ao Conselho de Administração da Copasa um assento para representação dos trabalhadores e outro assento para um "conselheiro independente". Em ambos os casos, estaria assegurado um poder de fiscalização de medidas adotadas e a possibilidade de cor-



reção de conduta.

O Conselho de Administração da Copasa vem sendo constantemente manipulado para que medidas pouco discutidas sejam implementadas, quase sempre mudando con-

dições estratégicas para a empresa, piorando as condições de trabalho, precarizando direitos, criando um amontoado de erros que levam permanentemente a Copasa às barras dos tribunais.

Os conselheiros têm representatividade pública em uma função de extrema responsabilidade. Não se pode conviver com reuniões mensais e conselheiros recebendo um pacote de medidas para aprovarem, sem que possam estudar em profundidade as conseqüências das suas decisões.

Notas que o "clipping" da Copasa esconde



A corda roeu do lado mais fraco

Nova notinha no jornal "O Tempo", de 13/dez, faz uma insinuação com seu título "efeito dominó" (ao lado). Faz referência à queda do responsável pelo jurídico na empresa, Marco Aurélio, e, pelo título, deixa uma especulação sobre quais seriam as demais pedras a caírem no "efeito dominó".

Muito estranho!..

O valor da licitação estipulado pela Copasa foi de R\$ 3,14 milhões. O escritório Missiagia e Picini Advogados Associados, que foi contratado e teve, inclusive, um aditamento, participava da licitação. Fica claro que, se foi necessária a licitação, então os primeiros contratos foram irregulares.

Cancelamento da licitação atendeu ao Ministério Público

O cancelamento da licitação do escritório de advocacia tem endereço em sua origem. A irregularidade vinha sendo investigada pelo Ministério Público (MP). A recomendação para o cancelamento foi feita através do ofício 3792/2006/PJPP-BH. Como foi noticiado pela imprensa que o próprio Governo de Minas determinou a suspensão da licitação irregular, infere-se que o ofício foi enviado não apenas para a direção da Copasa, mas também para o Governo de Minas. Como a direção da Copasa insistia no erro, denunciado há



muito tempo, a irregularidade foi barrada em ordem direta do palácio.

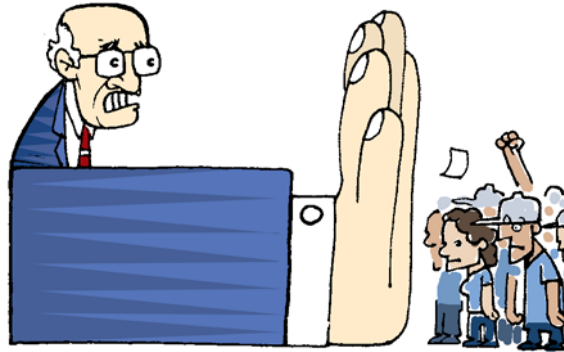
A própria Copasa confessou, em publicação no "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, que a revogação da licitação obedecia a recomendação do MP. O cancelamento mostra que não adianta forçar medidas ao arrepio da lei. O governo não permitiu a ilegalidade e mostra que vontades pessoais não combinam com a administração de bens públicos.

O que é líquido, vaza!

Antes mostramos uma empresa que administra recursos fabulosos, preocupada em cortar vagas em estacionamentos, impedir o acesso de aposentados, cortar recursos para festas de confraternização. A última é de matar! Querem proibir o trabalhador de esquentar marmitas, para economizar nos gastos com energia. Diga-se, economiza-se com o sacrifício do trabalhador e da população, para encher os bolsos dos acionistas. Empresa administrada por operador financeiro só pode mesmo dar nisto que está aí!

Desprezo de quem não respeita direitos

O trabalhador constituído como dirigente liberado para Sindicatos está proibido de trânsito livre em seu acesso à empresa. Os cartões magnéticos foram bloqueados.



lhadores no próprio ambiente de trabalho.

O que a empresa faz, no entanto, é matar antes e perguntar depois. Proíbe-se o trânsito

No "Gota D'água" a empresa chegou ao escárnio de afirmar que foram os sindicatos que pediram esta medida autoritária. É o mesmo que dizer que foi o direito que reivindicou ser desrespeitado.

Durante as negociações coletivas deste ano, o Sindicato quis garantir a liberdade das reuniões com os traba-

livre, medida que fere os princípios humanos e constitucionais de "ir e vir". A intransigência e truculência da Copasa, uma empresa estatal e de serviços constitucionalmente comprometidos com a sociedade, está sendo informada à Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Um víbora que adora agradar o chefe da hora ...

A luta dos trabalhadores beneficia a todos, mesmo àqueles que se acovardam e preferem continuar em posições mais confortáveis. Alguns, no entanto, exageram em sua vocação de dedo-duro, de pusilaminidade, em buscar benefícios e atração do chefe para ganhar "status". Bem próxima do poder, uma criatura faz de tudo para agradar o chefe da ocasião: denuncia companheiros como incompetentes, calunia a torto e a direito, critica diretores do sindicato, detona o nome de um eventual presidente que pode retornar à empresa, solta a língua como uma víbora peçonhenta.

Apesar de tudo, continuamos nossa luta que beneficia até mesmo a criatura ingrata!

Exigimos que o PCCS da empresa seja respeitado e que os cargos sejam ocupados por funcionários de carreira, respeitando o concurso público.

Nas sombras do esquecimento

Os problemas da Copasa com a lei começaram com outro forasteiro, que está hoje quietinho, engordando nas sombras do esquecimento. Comandou o jurídico desqualificando os seus profissionais, até quase desmanchar completamente o setor. Foi também um dos articuladores da terceirização do jurídico. Gostava de falar que os advogados da Copasa eram todos incompetentes... Não deu conta do cargo.. pediu mais uma contratação externa.



SOBREVIVEMOS AO CAOS

Apesar de atravessarmos um ano em que a palavra de ordem na empresa é "perseguição" a todos e a tudo, devemos reconhecer o alto grau de unidade, de mobilização e solidariedade da categoria.

Mesmo sabendo que "não há mal que dure para sempre", cada companheiro não se descuida da luta diária e informa ao sindicato cada passo de ruindade, para que possamos eliminar as pimentas do nosso ambiente de trabalho!

Dando trabalho à Justiça

Na foto, trabalhadores recebem no Departamento Jurídico do SINDÁGUA indenização em processos vitoriosos contra as arbitrariedades ilegais praticadas pela direção da Copasa. Uma imensa fila de aposentados aguarda novos pagamentos. Os erros da Copasa levam-na à condenações sistemáticas na Justiça.



Apesar do clima de horror a confraternização resistiu

Esta foi, sem nenhuma dúvida, a "Festa da Mangueira" mais constrangedora realizada na Copasa. Como todos os benefícios e iniciativas solidárias realizadas na empresa, também a "Festa da Mangueira" teve seus recursos eliminados pela direção da empresa. O comentário geral nos pátios é deplorável: "a empresa cortou tudo, a festa foi realizada com os restos do ano passado". Infelizmente, esta é a mentalidade de quem não se mistura com os trabalhadores, que prefere o gabinete calafetado, o frescor do ar condicionado ou mais uma viagem de folga.

DEMOS UM SHOW NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COLETIVO 2006

Reajuste salarial pelo dobro da inflação

Quem, no Brasil, tem notícia de um acordo com estas características? Pois a nossa categoria, através das negociações sindicais, garantiu em Acordo Coletivo esta façanha. Em caso de qualquer desajuste inflacionário no País, a Copasa fica obrigada a reajustar os nossos salários pelo dobro do INPC registrado entre maio/2006 a abril/2007.

Analistas econômicos, quase sempre de "direita", esperam uma "catástrofe" já nos primeiros meses do segundo mandato de Lula, prevendo aumento de preços e alteração no comportamento inflacionário. Esperamos que estejam errado, mas se "o pior" acontecer, estaremos protegidos pelo Acordo Coletivo que a Copasa assinou com o SINDÁGUA. Se a inflação medida pelo INPC em um ano saltar, por exemplo, para 5% até abril, nosso reajuste salarial deverá ser de 10%. Com a capacidade de negociação do Sindicato, deixamos a "catástrofe" longe dos nossos bolsos.



O SAP desmancha a imagem da Copasa

“Hoje a gente pede uma caneta no sistema, mas na hora de recebê-la somos obrigados a assinar uma guia”
 (...) “Não consigo pagar comprinhas mínimas a fornecedores no interior e a loja não quer mais fornecer o material, tudo por causa de atraso nos pagamentos”
 (...) “Está tudo travado, a modernidade do ERP trouxe de volta a época da pedra lascada” (...) Estas são algumas entre uma infinidade de reclamações provocadas pelo SAP, desde que foi implantado na Copasa. Pior de tudo, transformaram a praga numa espécie de “Deus” intocável, do qual não se pode falar nada. Tem gente recebendo advertência por ter feito críticas ao sistema na presença de dedo-duro. “O pior – diz um trabalhador de alta hierarquia na empresa – é que não podemos entender como desligaram os sistemas antigos sem testar estes novos”. Ficamos sujeitos aos defeitos e aos erros de funcionamento. A empresa virou uma anarquia. Seria lógico que tivesse testado tudo antes, sem desligar o sistema antigo, que funcionaria como pronto-socorro. Quem pariu este filho espera que todos o criemos e assumamos sua falta de responsabilidade.”



Processo da Previminas encaminhado à Justiça

O SINDÁGUA-MG encaminha uma reclamação formal a todas as instâncias competentes na fiscalização de fundos previdenciários, denunciando as irregularidades cometidas na condução administrativa da Previminas, que culminou com reajuste forçado nas contribuições de todos os participantes sem que as medidas tivessem sido apresentadas e discutidas. As decisões vêm sendo tomadas de forma unilateral, ferindo o princípio de formação da sociedade dos participantes da Previminas.

Além do problema de déficit operacional em relação ao fundo previdenciário da Copasa, na última reunião da Previminas foi informado que o mesmo acontece em relação a outras patrocinadoras. Tal ocorrência deixa a forte suspeita de incorreção administrativa na Fundação, sem que os participantes possam ser plenamente esclareci-

dos e tenham respeitado o seu direito de proteger investimentos realizados ao longo dos anos.

Ao que tudo indica, em 2007 teremos pela frente esta séria luta, para exigir transparência administrativa na Previminas e espaço democrático para que todos os participantes possam ter acesso às informações sobre nossos investimentos.

O SINDÁGUA-MG contratou especialista em fundações de previdência privada. Toda a documentação está sendo encaminhada ao perito, que deverá orientar as medidas a serem tomadas pelo departamento jurídico do Sindicato em defesa do patrimônio da Previminas. O SINDÁGUA aguarda decisão da Justiça do Trabalho, através da ação cautelar protocolizada junto a 6º Vara do Trabalho de Belo Horizonte, processo nº 01337-2006-006-03-00-0,

onde houve questionamento sobre o reajuste das mensalidades dos participantes em 37% ocorrida em novembro sobre o enfoque de irregularidade no processo de reajuste, justificativa para existência de déficit e a falta total de discussão com os participantes ativos e assitidos. Além destas medidas, o Sindicato, em conjunto com o Deapes e Aco-prev encaminharam correspondências à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) pedindo intermediação, a fim de que sejam abertas todas as informações para os participantes. Outras medidas estão sendo preparadas, com mudanças no plano previdenciário, sem que elas sejam discutidas com o sócio mais importante, o participante. É importante a necessidade de mobilização para impedir o prejuízo de direitos adquiridos e o comprometimento da solidez do plano previdenciário.

SOCORRO!

O COPASS agoniza na desorganização

Depois do grande sacrifício imposto aos participantes do Programa Suplementar de Saúde (COPASS), sobretudo para os grupos de dependentes especiais "pais dependentes econômicos", através da elevação brutal no valor das contribuições, o esforço parece ter sido em vão.

O nosso programa de saúde demonstra estar seriamente atolado em grave crise administrativa e erros de planejamento constróem uma imagem extremamente negativa do COPASS no mercado, destruindo uma reputação de um dos melhores planos de saúde, que era exemplarmente administrado no sistema de auto-gestão.

Os participantes já vinham sendo vitimados pelas medidas inconsistentes da administração da Copasa. As carteiras de associados não foram distribuídas em tempo hábil, deixando de enviá-las para participantes ou remetendo-as para quem não era sócio do plano. Quem paga no sistema de boletos, foi caracterizado como devedor simplesmente porque o COPASS passou a não enviar corretamente os documentos. O atendimento foi extremamente precarizado e a mistura dos planos de alto e baixo risco se transformou em uma grande bagunça e desencontro de informações.

Tudo piora gradativamente



com a extensão dos erros administrativos para o público externo. Os prestadores de serviços estão se recusando a realizar atendimento, por falta de pagamento, por demora em realização de contratos e por mudança em valores de consultas, que atinge o baixo risco.

O COPASS, devemos lembrar, é uma grande conquista dos trabalhadores e da própria Copasa, pois todos asseguravam solidariamente o sucesso do Programa de Saúde. Os trabalhadores passaram a contribuir com valor acima do que o inicialmente patrocinado pela empresa e o COPASS se transformou numa garantia de atendimento à saúde da família copasiana. O atual presidente da empresa chegou a fazer profecia de que o COPASS não sobreviveria após a fusão dos dois planos. Ele não apenas profetizou a desgraça do plano de saúde, mas principalmente interferiu nocivamente para desestabilizar administrativamente o COPASS, des-

respeitando a instância de decisão colegiada do Comitê de Gestão com medidas virulentas à saúde da instituição.

A fusão entre o alto risco (Copass) e o baixo risco (DVBN) não vem sendo cumprida da forma como foi prometida. Os trabalhadores, familiares e aposentados passaram a ter sérios problemas no atendimento. A rede

recebeu comunicado de descumprimento, depois teve outro ofício cancelando o primeiro, mas muitos se aproveitaram para cortar o atendimento e exigir negociação nos valores dos serviços. Trabalhadores em Patos e Pouso Alegre não conseguem mais atendimento, o mesmo acontecendo de forma generalizada pelo Estado.

A crise do COPASS coincide com a eleição para os membros do Comitê de Gestão, a ser realizada no início do ano e cuja convocação está sendo providenciada, reparando a irregularidade em que o Plano se encontra diante da Agência Nacional de Saúde (ANS).

O SINDÁGUA chama a atenção dos trabalhadores para a importância de participarem desta eleição, de indicar representantes gabaritados para nos representar no COPASS SAÚDE e impedirmos que esta conquista, vital para nós, seja destruída como tudo que se faz hoje na Copasa.